

 <p>ESCOLA DE COMUNICAÇÃO, ARTES E DESIGN FAMECOS</p>	<h1>REVISTA FAMECOS</h1> <p>mídia, cultura e tecnologia</p> <p>Revista FAMECOS, Porto Alegre, v. 31, p. 1-16, jan.-dez. 2024 e-ISSN: 1980-3729 ISSN-L: 1415-0549</p>
<p>https://dx.doi.org/10.15448/1980-3729.2024.1.43812</p>	

PENSAMENTO MIDIÁTICO COMUNICACIONAL

Os níveis do comum e as disputas por hegemonia¹

The levels of the common and the disputes for hegemony

Los niveles de lo común y las disputas por la hegemonia

Pablo Nabarrete

Bastos²

orcid.org/0000-0001-5981-9107

pablobastos@id.uff.br

Recebido em: 13 set. 2022.

Aprovado em: 19 ago. 2023.

Publicado em: 11 jan 2024.

Resumo: A noção de engajamento com o comum pavimenta e sinaliza o caminho epistemológico e político, que pode viabilizar a comunicação entre diferentes formas de luta com potencial contra-hegemônico na disputa contra a hegemonia do capital, o comum capitalista. Este ensaio possui como principal objetivo desenvolver reflexão epistemológica, discussão política e fundamentação teórica para categorizar o comum. A partir desse objetivo central, propomos e desenvolvemos quatro níveis ou subcategorias do comum, que implicam as disputas por hegemonia: o comum natural, o comum do conhecimento, o comum cultural e o comum político. O nível econômico e de classe, determinante em última instância, atravessa o conceito em seus diferentes níveis de compreensão e existência. Metodologicamente, o estudo possui centralidade na teoria crítica, realiza pesquisa bibliográfica e utiliza o método materialista dialético. A forma ensaio caracteriza o método de escrita.

Palavras-chave: comum; engajamento; hegemonia.

Abstract: The notion of engagement with the common paves and signals the epistemological and political path, which can enable communication between different forms of struggle with counter-hegemonic potential in the dispute against the hegemony of capital, the capitalist common. The main objective of this essay is to develop epistemological reflection, political discussion and theoretical foundations to categorize the common. Based on this central objective, we propose and develop four levels or subcategories of the common, which imply disputes for hegemony: the natural common, the knowledge common, the cultural common and the political common. The economic and class level, ultimately determining, crosses the concept in its different levels of understanding and existence. Methodologically, the study is centered on critical theory, performs bibliographic research and uses the dialectical materialista method. The essay form characterizes the writing method.

Keywords: common; engagement; hegemony.

Resumen: La noción de compromiso con el común allana y señala el camino epistemológico y político, que puede viabilizar la comunicación entre diferentes formas de lucha con potencial contrahegemónico en la disputa contra la hegemonia del capital, el común capitalista. Este ensayo tiene como objetivo principal desarrollar la reflexión epistemológica, la discusión política y la fundamentación teórica para categorizar lo común. A partir de este objetivo central, proponemos y desarrollamos cuatro niveles o subcategorias de lo común, que implican disputas por la hegemonia: el común natural, el común del saber, el común cultural y el común político. El nivel económico y de clase, en última instancia determinante, atraviesa el concepto en sus diferentes niveles de comprensión y existencia. Metodológicamente, el estudio se centra en la teoría crítica, realiza una investigación bibliográfica y utiliza el método materialista dialéctico. La forma de ensayo caracteriza el método de escritura.

Palabras clave: común; compromiso; hegemonia.



Artigo está licenciado sob forma de uma licença

[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

¹ Este artigo é oriundo de pesquisa apoiada pelo Programa Jovem Cientista do Nosso Estado (JCNE) da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), período 2021-2024. Edição revista e ampliada de trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Cidadania do 31º Encontro Anual da Compós.

² Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ, Brasil.

Introdução

*"Tudo que há sob o sol devia ser comum".
(Great Society)³*

Há certa tradição em compreender as práticas comunicacionais desenvolvidas no âmbito dos movimentos sociais como contra-hegemônicas, partindo do pressuposto que a comunicação desenvolvida por esses grupos possuiria, de antemão, o caráter imanente de oposição ao dominante. Como discutimos em outros momentos (Bastos, 2021, 2020a), há banalização no uso do conceito de contra-hegemonia, tanto nos estudos de comunicação como na prática política. Temos refletido criticamente acerca do que consideramos um risco de insulamento das lutas sociais e políticas, que se expressam, se organizam e se constituem por meio da comunicação comunitária, popular e alternativa. Este insulamento aos seus territórios políticos e semânticos pode se tornar um obstáculo para a contra-hegemonia (Bastos, 2020a). Como pontua Boaventura de Sousa Santos (2002, p. 265-266), o "potencial anti-sistêmico ou contra-hegemônico de qualquer movimento social reside na sua capacidade de articulação com outros movimentos, com as suas formas de organização e os seus objetivos". Corroborando a argumentação do autor, para que os movimentos sejam reciprocamente inteligíveis e comunicáveis precisam encontrar o caminho do comum.

A noção de engajamento com o comum pavimenta e sinaliza o caminho epistemológico e político, que pode viabilizar a comunicação entre diferentes formas de luta com potencial contra-hegemônico na disputa contra a hegemonia do capital, contra o "comum capitalista" (Harvey, 2011; Dardot; Laval, 2017). Este ensaio possui como principal objetivo desenvolver reflexão epistemológica, discussão política e fundamentação teórica para categorizar o comum. A partir desse objetivo central, propomos e desenvolvemos

quatro níveis ou subcategorias do comum, que implicam as disputas por hegemonia: o comum natural, o comum do conhecimento, o comum cultural e o comum político. O nível econômico e de classe, determinante em última instância, atravessa o conceito em seus diferentes níveis de compreensão e existência. Em coerência com Gramsci e o materialismo dialético (2007a, p. 48), "se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica".

Metodologicamente, o estudo possui centralidade na teoria crítica, dialoga com os estudos culturais críticos, realiza pesquisa bibliográfica e utiliza o método materialista dialético. Em uma tradição teórica que objetiva não apenas interpretar o mundo, mas mudá-lo, como deixa clara a conhecida 11ª tese sobre Feuerbach de Karl Marx (1990)⁴, trata-se de coerência teórica e política buscar compreender os conceitos na totalidade em que se inserem e identificar os limites destes em uma perspectiva de emancipação social. Ou como explicita Horkheimer (1983, p. 144)⁵, a função da teoria crítica se torna clara se o teórico e sua atividade são considerados "em unidade dinâmica com a classe dominada, de tal modo que a exposição das contradições sociais não seja meramente uma expressão da situação histórica concreta, mas também um fator que estimula e que transforma". A forma ensaio caracteriza nosso método de escrita. Conforme Sodré (2014, p. 308), o referido formato favorece as conexões teóricas, pois comporta a "experiência de limites" e a adoção de "formas conceituais heterogêneas".

Hegemonia e engajamento com o comum

Os conceitos de hegemonia, contra-hegemonia e hegemonia popular se relacionam inextricavelmente com o comum, na medida em que são processos de construção do poder ou

³ Histórica organização de camponeses pobres do século XIV.

⁴ Obra originalmente publicada em 1888.

⁵ Obra originalmente publicada em 1937.

contrapoder que necessitam continuamente vincular os sujeitos, engajá-los em determinada noção do comum que sustente, reflita e refrate projetos ético-políticos. Neste momento, estamos nos referindo ao comum como núcleo ontológico e epistêmico da comunicação (Sodré, 2014), ao comum vinculativo que articula a existência. Os conceitos de contra-hegemonia e hegemonia popular (Bastos, 2020a) podem se equivaler se a perspectiva de luta contra-hegemônica englobar a totalidade e encampar um projeto popular. Entretanto, na compreensão que desenvolvemos, a ênfase recai sobre o potencial emancipatório da hegemonia popular, baseada em articulação de classes, conforme a acepção desenvolvida nas formulações de Lênin (2009)⁶ e Gramsci (1978, 1999, 2007). Acerca das disputas por hegemonia, é fundamental esclarecer que não são lutas que se restringem às narrativas, aos aspectos simbólicos e culturais dos tensionamentos e confrontos políticos.

A maneira como o conceito de hegemonia foi apropriado e desenvolvido nos estudos de comunicação, principalmente nos estudos culturais latino-americanos, por vezes expropriou o caráter econômico e de classe da categoria, dimensão fundamental nas elaborações de Lênin e Gramsci. O clássico livro de Jesús Martín-Barbero, *Dos Meios às Mediações*, que apresenta o subtítulo "Comunicação, cultura e hegemonia", consolida seu projeto intelectual de estudar a comunicação a partir da cultura, e possui grande influência em nosso campo. Como diz o título, a inflexão se dá na mudança de foco dos meios para as mediações, para a compreensão da comunicação como objeto científico a partir de suas articulações com cultura, eminentemente de matriz popular, a política e os movimentos sociais. O foco no popular a partir da cultura de Barbero se difere consideravelmente do popular como liame das classes populares em seus processos de luta para a conquista da hegemonia, como podemos encontrar em Lênin e Gramsci.

Martín-Barbero (2006)⁷ afirma que o interesse

das ciências sociais críticas pela cultura, particularmente pela cultura popular, deve-se em boa parte a Gramsci. Mendes Moraes (2018, p. 174) argumenta que "a apropriação do conceito gramsciano de hegemonia pelos estudos de viés cultural produziu inflexões importantes na história das teorias da comunicação". Também conforme a autora, na sua leitura de Martín-Barbero, "as culturas subalterna e hegemônica não são necessariamente externas nem contrapostas, como se imaginava. Elas travam uma batalha cujo resultado é a frequente reelaboração e imbricação de uma na outra" (Moraes, 2018, p. 183). Já em produção posterior, embora reconhecendo a dimensão econômica e de classe na cultura popular em Gramsci, Martín-Barbero (2004, p. 127) identifica o popular como o lugar onde se pode compreender historicamente os processos de comunicação, tanto aqueles que superam o nacional "por cima", pelo avanço das tecnologias de informação e comunicação, como os que o superam "por baixo", pela dinâmica e profusão de manifestações locais, regionais, reveladoras da heterogeneidade cultural.

Certamente, Martín-Barbero merece todas as homenagens e reverências pelo papel destacado construído em nosso campo, com inestimáveis contribuições aos estudos culturais latino-americanos, nossa crítica aqui se localiza na apropriação do conceito de hegemonia, cuja ênfase atribuída à dinâmica cultural entre o massivo e o popular, aos entrecruzamentos simbólicos, às mediações culturais da comunicação constituídas nos formatos industriais massivos e nas práticas culturais cotidianas, expropria o foco leninista e gramsciano no popular como meio para construção da hegemonia da classe trabalhadora, da hegemonia popular (Bastos, 2021). Além disso, não se pode ignorar o caráter materialista da hegemonia em Gramsci, o que se consubstancia por meio dos aparelhos privados, pelas organizações da sociedade civil que sustentam materialmente a produção e a circulação ideológica. Ou conforme Liguori (2014, p. 76), em que o conceito de

⁶ Obra originalmente publicada em 1905.

⁷ Obra originalmente publicada em 1987.

aparelho privado "oferece uma base material à concepção gramsciana de hegemonia, não assimilável a uma concepção idealista, culturalista ou liberal". Na perspectiva de construção da hegemonia popular, propomos o conceito de aparelhos populares de hegemonia para designar organizações e instituições, cuja materialidade e processos de formação política e produção simbólica contribuem para a construção de um projeto de poder popular (Bastos, 2021, 2020a).

Dardot e Laval (2017) argumentam que o agir comum envolve o engajamento dos homens em uma mesma tarefa, o que envolve a construção de normas que regulem a ação. O termo comum, deste modo, designa o princípio político da "co-brigação" para o engajamento em uma mesma atividade. A situação de comarginalidade, coexploração e coexpropriação da classe trabalhadora é real e concreta. Contudo, o caminho para a superação dessa condição de marginalizados, oprimidos, expropriados e explorados está no agir em comum, na coatividade que fundamenta o comum (Dardot; Laval, 2017). Ainda de acordo com Dardot e Laval (2017), a universalidade consiste na universalidade prática, quando indivíduos se engajam em uma mesma tarefa, em dado momento e em certas condições. É a atividade prática dos homens que torna as coisas comuns. Entretanto, há divergências entre os autores fundadores do conceito de hegemonia e as reflexões acerca do comum em Dardot e Laval (2017), com relação às estratégias de emancipação da classe trabalhadora. Enquanto para Lênin (2009) e Gramsci (1978, 1999, 2007) o partido político possui papel estratégico e central para organizar e educar a classe trabalhadora na luta política e de classes, com o objetivo de se tornar dirigente, dominante e conquistar o Estado, Dardot e Laval (2017) argumentam que os esforços empreendidos desde o século XIX para enfrentar o capital e renovar o pensamento político não conseguiram construir uma política do comum.

Os autores defendem uma alternativa a esse modelo e salientam que a realização do comum pela apropriação do Estado só resultou na destruição do comum pelo próprio Estado. Isso não

quer dizer que os autores tenham abandonado a perspectiva socialista, a luta revolucionária pelo comum, mas criticam o que entendem como a captura do comum pelo Estado e defendem a via do associativismo, a instituição do comum por experiências de gestão cooperativa, autogestão e conselhos operários que aspiram à democracia econômica, com forte inspiração em Proudhon. Nesse sentido, o altermundialismo que emerge no fim do século XX é visto como um esforço de recomposição da luta anticapitalista e contra o neoliberalismo em escala mundial. Na análise que desenvolvemos, o comum pode proporcionar uma síntese dialética a partir dessas argumentações por ser um princípio político de intersecção, de articulação, dialógico, aglutinador, com potencial para amalgamar as lutas e os movimentos populares.

Raymond Williams (1979, 2005) situa o debate sobre hegemonia no domínio das práticas culturais. O modelo teórico que ele propõe considera que "em qualquer sociedade e em qualquer período há um sistema central de práticas, significados e valores, que podemos definir propriamente como dominantes e efetivos" (Williams, 2005, p. 217). Adiante, postula que há práticas culturais alternativas e de oposição à cultura dominante efetiva (2005, p. 218), que se englobam dentro do que considera como hegemonia alternativa ou contra-hegemonia, respectivamente. Ao analisar hegemonia como processo, que possui estruturas internas complexas, que precisa ser renovado e recriado continuamente, Raymond Williams (1979, p. 115-116) destaca que a hegemonia "sofre uma resistência continuada, alterada, desafiada por pressões que não são as suas próprias pressões" e afirma que temos que acrescentar ao conceito de hegemonia os conceitos de contra-hegemonia e hegemonia alternativa.

Williams (1979) pondera que a existência de oposição em sentido verdadeiro depende de forças sociais e políticas precisas e que precisamos considerar a existência de formas de vida social e cultura alternativas e de oposição como fatos da própria cultura dominante. Acrescenta-se também ao modelo teórico práticas culturais

residuais e emergentes. As formas residuais se distanciam da cultura dominante, possuem relação com áreas importantes do passado, mas podem ser incorporadas se a cultura dominante quiser ser significativa nessa área. Williams (1979) compreende as culturas emergentes como práticas, significações, experiências e valores novos, em gestação, o que o autor também denomina como "estruturas de sentimento". Entretanto, a tentativa de incorporação pela cultura dominante é imediata, o que exige que façamos distinções entre "o residual-incorporado e o residual não incorporado e entre o emergente-incorporado e o emergente não incorporado" (Williams, 2005, p. 219).

A partir das formulações teóricas propostas por Raymond Williams (1979, 2005), com o intuito de pensar os processos históricos de formações hegemônicas e contra-hegemônicas por meio das práticas culturais, a categoria do comum pode ser compreendida como prática cultural emergente, como estrutura de sentimento com potencial para se constituir como prática de oposição, como contra-hegemonia. O comum tem emergido nos últimos 30 anos, como reivindicação e conceito, no centro de muitas lutas políticas e propostas teóricas de emancipação social (Fini, 2017). Além disso, os discursos do comum também apresentam características de práticas culturais residuais, no que diz respeito às críticas ao processo de modernização capitalista no campo e na cidade e a busca por uma tradição, por um passado idílico e justo presente no imaginário social de lutas populares.

Estudando a presença do campo na literatura inglesa, Williams (2011) percebe que a retrospectiva em busca de imagens do Jardim do Éden, da Idade de Ouro, onde a natureza viceja e tudo fornece, é aspiração a uma ideia de comunidade primitiva, de comunismo primitivo. No estudo de Williams, os momentos em que a evocação a um

passado feliz aparece de maneira mais intensa e presente são as épocas de grandes transformações econômicas, sobretudo no campo (Bastos, 2021). Com relação ao debate sobre comunismo primitivo e seu potencial emancipatório no contexto latino-americano, o marxista peruano José Carlos Mariátegui (1975) realiza proposta dialética original a partir do conceito de "comunismo inca". Para o autor, as raízes seculares das lutas sociais no continente apresentam formas de comunismo primitivo entre os povos indígenas, um substrato histórico em que a luta socialista moderna pode se apoiar, pois possibilitaria um salto histórico-dialético para o comunismo. As propostas de Mariátegui ecoam nas lutas pelo comum das redes internacionais de organizações populares e movimentos sociais, como a Via Campesina e a ALBA Movimentos (Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América).⁸

Esta luta pelo resgate da tradição milenar junto a movimentos campestres e de povos originários, em contraste com as relações de produção capitalistas, possui potencial para fortalecer as lutas por emancipação social. Contudo, como o cabedal teórico do autor galês nos ajuda a compreender, esse potencial contra-hegemônico das práticas emergentes e residuais passa a sofrer, amiúde, esforços de incorporação por parte das práticas dominantes e, também, se movimenta entre práticas alternativas e de oposição por meio das experiências, das lutas concretas dos movimentos sociais. Nesse sentido, oscila entre práticas que tencionam, mas que convivem com o dominante, e práticas orientadas para uma possível ruptura concreta com o hegemônico.

No campo da Comunicação⁹, o conceito de engajamento envolve diferentes perspectivas e tensionamentos teórico-epistemológicos. O processo que compreendemos como engajamento se constitui na vinculação social, afetiva e gustativa do sujeito com determinada ideologia,

⁸ Em outro eixo que compõe o projeto de pesquisa que origina este artigo, desenvolvemos pesquisa empírica exploratória e análise crítica do discurso da Via Campesina e ALBA Movimentos, procurando identificar aproximações, distanciamentos, objetivos e formas de compreender e articular o comum. Para mais informações sobre esta pesquisa, ver Bastos (2022) e Bastos, Miani e Engelmann (2023).

⁹ Em publicação apresentamos resultados de pesquisa sobre os significados de engajamento em revistas de Mídia e Comunicação, que publicam em língua inglesa, entre os anos de 2016 e 2020, a partir de 502 artigos presentes na base de dados da plataforma *Web of Science* (Bastos; Grohmann; Oliveira, 2021).

portanto se configura como dimensão comunicacional e sensível atuante no engendramento da hegemonia (Bastos, 2020b). A partir da compreensão formulada por Lukács, de que a ideologia constitui o *medium* que possibilita à *práxis* política ultrapassar o interesse imediato de classe e alcançar o momento socialmente universal, Carlos Nelson Coutinho (1992, p. 66) atesta que, em termos gramscianos, "isso significa dizer que a ideologia é o *medium* da hegemonia". Vinculação para Sodré (2014, p. 223)   "a radicalidade da diferenciação e aproximação entre os seres humanos". O comunic logo (Sodré, 2014, p. 301) compreende o vínculo como "heterotopia simbólica" inscrita na dimensão comunitária. Esse deslocamento de lugar expresso etimologicamente na categoria "heterotopia" movimenta o sensível e possibilita a abertura ao outro, ao vínculo. Em termos gerais, a vinculação social se estabelece na *práxis*, na sociabilidade cotidiana, nas práticas e processos socioculturais que medeiam a construção de sentidos. A vinculação afetiva e gustativa é a dimensão do envolvimento objetivo e subjetivo do sujeito com determinada ideologia, abrange a dimensão est tica e sensível que denota a concretude de determinada ideologia na *práxis*. A seguir, expomos os debates sobre o comum que implicam as lutas de hegemonia.

Debates e sentidos sobre o comum

Nos diferentes debates que realizamos sobre o comum, a perspectiva comunicacional ora compõe, ora orbita, ora atravessa os argumentos.   inevitável pensar o comum e desconsiderar o "realizar em comum", o "agir em comum", que está no núcleo ontológico e epistêmico do objeto comunicacional (Sodré, 2014), embora o objeto comunicacional nem sempre esteja na mirada dos autores e textos analisados. Para Sodré (2014), a comunicação   um fazer organizativo, uma ação orientada pela articulação existencial do comum.

Duas grandes instâncias de debates sobre o comum são a materialidade e a agência histórica sobre "o comum". De um lado, temos o "em comum", o comum produzido e/ou partilhado pelo g nero humano: a natureza, a linguagem,

o conhecimento, a tecnologia e o trabalho. De outro lado, temos a agência histórica sobre ou para o comum: a construção do comum como ato político potencialmente emancipatório. Ambas as instâncias estão dialeticamente articuladas. O nível de reflexão e *práxis* da agência histórica sobre o comum implica lidar com as formas de produção e partilha do comum, com o debate sobre a lógica de produção material, as relações de produção, o desenvolvimento das forças produtivas, a produção de valor pelo trabalho e a apropriação privada da riqueza social. Em suma, a reivindicação do comum se contrapõe   apropriação privada do que é comum. Além do propósito de compreender historicamente a formulação da categoria do comum, contribuindo com a sua fundamentação teórica, organizamos também quatro níveis do comum em subcategorias, que nos permitem identificar as particularidades teóricas e práticas do conceito. A partir de diálogos estabelecidos com a literatura sobre o tema, propomos as seguintes subcategorias: o comum natural, o comum do conhecimento, o comum cultural e o comum político.

Essas subcategorias se articulam teoricamente e na práxis, portanto não são estanques, há sobreposições, com isso não   possível determinar com exatidão as fronteiras entre elas. Assim, em nossa exposição, buscamos mostrar como se aproximam e se concatenam os níveis do comum. Outro aspecto fundamental   que, diferentemente do que propõe Fuchs (2021), não estabelecemos o econ mico como subcategoria do comum por considerar este um nível determinante em última instância da realidade (Marx, 2008), fundamental para a existência concreta do conceito na totalidade e em suas particularidades. Portanto, o nível econ mico e de classe atravessa o conceito em seus diferentes níveis de compreensão e existência. Além disso, concordamos com Zizek (2009) quando ele afirma que sem considerar a universalidade da relação entre excluidos e includos, ou seja, a luta de classes, o conceito do comum perde todo o seu potencial subversivo.

Breve histórico sobre os *commons* e o comum

A literatura sobre os *commons* indica o início da década de 1990 como o período de emergência ou reintrodução do tema como teoria e movimento político. É considerado como marco histórico o lançamento do livro *Governing the Commons*, de Elinor Ostrom, em 1990 (Bollier, 2007; Dardot; Laval, 2017). A partir dos estudos de Ostrom, Prêmio Nobel de Economia em 2009, desenvolve-se uma economia política do comum como alternativa ao mercado e ao Estado, aspecto valorizado por Bollier (2007). Para o autor, o que caracteriza e valoriza os comuns como escola de pensamento é a possibilidade de abordar a organização social da vida com grande autonomia em relação ao mercado e ao Estado. Contudo, pondera que as estratégias dos comuns podem atuar junto ao mercado, que não são adversários, e vai além ao firmar que são sinérgicos. Afirma também que os comuns não seriam manifesto ou ideologia, mas um modelo flexível para falar sobre a produtividade das comunidades sociais e as ameaças dos cercamentos advindas do mercado.

Dardot e Laval (2017, p. 115) pontuam uma limitação central deste debate: a dimensão institucional de gestão do comum é dependente dos "quadros naturalistas do pensamento econômico dominante", em que certos recursos exigiriam gestão coletiva por sua natureza. Fuchs (2021) postula que o conceito de bens comuns¹⁰ de Elinor Ostrom possui o problema de negligenciar a economia política, a perspectiva de propriedade comum, despolitizando, assim, a categoria. David Harvey (2011) também contribui criticamente com o debate ao argumentar que as soluções econômicas baseadas na propriedade comum não poderiam ser ampliadas ou universalizadas em escala global devido ao particularismo dessas ações. Uma questão central destes argumentos está no que Dardot e Laval (2017) denominam como "reificação do comum" para explicar o processo no qual ocorre a essencialização de

certas coisas, o que confere o sentido de comum a propriedades da "coisa comum" (*res communis*), em virtude de sua natureza, conforme se encontra no direito romano. Assim, os recursos naturais de maneira geral, – os rios, lagos, praias e costas – se encontram nessa categoria. Contudo, como argumentam os autores, "nem os cercamentos e nem os comuns são naturais, pois dependem de regulamentação e instituições" (Dardot; Laval, 2017, p. 132).

Dardot e Laval (2017) identificam e analisam três grandes tradições que desafiam o pensamento sobre o comum: teológica, jurídica e filosófica. A primeira tradição compreende o comum como norma superior do "bem comum" (no singular), como finalidade maior das instituições religiosas e políticas e como princípio de ação e conduta dos que estão sob sua responsabilidade. A tradição jurídica, conforme os autores, é uma extensão do discurso economicista que engendra a classificação dos "bens" (no plural), conferindo o caráter de comum a certas coisas. É o que orienta os movimentos altermundialistas na promoção e defesa de "bens comuns", como o conhecimento, o ar e a água. A tradição filosófica identifica o comum e o universal e relega ao ordinário o que resistir a essa associação. Conforme argumentação de Dardot e Laval (2017), Aristóteles distinguiu o comum (*koinon*) do universal (*katholou*). Enquanto o universal é circunscrito aos limites de um gênero (humano ou animal, por exemplo), o comum significa o que pode ser comum a vários gêneros, possui o caráter "transgênico", sendo assim superior ao universal. Por outro lado, para os autores, o universal é superior ao comum, pois perde em extensão, mas ganha em compreensão. Por conseguinte, ou o comum se identifica com o universal e se torna objeto da ciência, do discurso positivo, ou cairá na generalidade que excede o universal.

Conforme análise de Dardot e Laval (2017), o principal mérito de Michael Hardt e Antonio Negri (2009), ao produzirem a primeira teoria do comum, foi ir além das experiências concretas

¹⁰ No original, em inglês, a grafia é *commons*. Não há uma única forma de tradução, mas geralmente em português aparece como bem comum. Em espanhol, temos traduções como *común*, *bienes comunales* e *bienes comunes* (Fini, 2017).

dos *commons* (no plural), para uma conceituação de maior nível de abstração e alcance político: o comum (no singular). Ainda conforme os autores, essa concepção do comum projeta um futuro não capitalista.

Debates sobre os níveis ou subcategorias do comum

Christian Fuchs (2021) e Slavoj Žižek (2009) possuem relevantes contribuições, com as quais dialogamos para desenvolver nossa categorização sobre os níveis do comum. A partir de um modelo ideal de *commons*, em aspecto propositivo, Fuchs (2021) organiza quatro tipos e dimensões dos "bens comuns", considerando três aspectos relacionados: a esfera da sociedade, tipos dos comuns e significado dos comuns. O sociólogo austríaco também adapta as quatro dimensões propostas do comum – natureza, economia, política e cultura – à esfera digital.

Conquanto a categorização proposta por Fuchs (2021) apresente contribuições relevantes e centrais para a nossa argumentação, torna-se necessário tecer algumas reflexões críticas. Em primeiro lugar, ao circunscrever a discussão do comum aos "bens comuns" a argumentação cai na armadilha teórica e política de pensar o comum como coisas que podem ser compartilhadas de formas coletivas e socialmente justas, essencializando o comum e reduzindo, assim, o potencial político do conceito. Ou, conforme Dardot e Laval (2021, p. 41, grifo dos autores), "*o comum não é um bem*", e o uso do plural não muda essa perspectiva, mas um princípio político que orienta a construção de comuns. Entretanto, cabe estabelecer mediação crítica entre ambas as argumentações. O comum, compreendido exclusivamente como princípio político, sem considerar a materialidade que sustenta e produz o comum, se torna um conceito estéril. A questão central é a maneira como se compreende essa materialidade. Se a compreensão se resume aos bens e seus usos, sem a adoção de princípios políticos emancipatórios, concordamos com a

crítica de Dardot e Laval. Mas, se considerarmos a materialidade a partir da produção e reprodução material da vida, bem como as relações sociais de produção envolvidas, trata-se de inflexão fundamental para o entendimento crítico e potencialmente transformador do conceito. Em suma, há complementaridade entre o comum material, que não se resume ao uso dos bens, mas às formas e lógicas de produção e relações de produção, e o comum político.

A outra reflexão crítica que fazemos é com relação à divisão dos níveis do comum em duas instâncias: uma de "bens comuns", no geral, e a outra de "bens comuns digitais". Ou seja, as quatro esferas apresentadas por Fuchs (2021): natureza, economia, política e cultura foram divididas em uma categorização geral e outra específica para o digital. Conquanto compreendamos o caráter pedagógico dessa classificação, isso pode ocasionar leitura enviesada dos fenômenos, como se o digital fosse uma instância à parte do todo e não um nível, um momento e uma forma de organização e produção do real na sua totalidade.

A contradição mais evidente está na esfera econômica, com a divisão entre socialismo e socialismo digital nos tipos de comuns. É possível haver socialismo exclusivo ao mundo digital? Ora, o desenvolvimento material das infotelecomunicações¹¹ (ITCs) é parte integrante, central e crucial do desenvolvimento das forças produtivas na contemporaneidade, mas não se trata de instância que possa ser emancipada ou libertada de forma autônoma ou independente. É claro que iniciativas como plataformas cooperativas organizadas por trabalhadoras ou formas de organização de lutas da classe trabalhadora em ambientes digitais são relevantes e podem contribuir com transformações profundas ou até mesmo com a emancipação social. Entretanto, nomear essas iniciativas como socialismo digital incorre em contradições de abstração e *práxis*. O mesmo raciocínio é válido para as formas cooperadas de produção em movimentos populares como o Movimento dos Trabalhadores Rurais

¹¹ Este conceito, cunhado por Dênis de Moraes (2000), reúne três setores convergentes (informática, telecomunicações e comunicação) para designar a reunião de poderes estratégicos em conglomerados multimídia, que acumulam patrimônios e lucros sem precedentes.

Sem Terra (MST) e a Via Campesina. Como nos mostra Marx (2013), ao analisar o processo de troca de mercadorias na fronteira da comunidade primitiva, no contato dessa comunidade com outras estrangeiras, amiúde torna-se necessário produzir para a troca e se "tornam mercadorias na vida interna da comunidade" (2013, p. 131). O mesmo raciocínio pode ser aplicado às práticas coletivistas insulares, circunscritas aos seus territórios políticos e semânticos que não alcançam a crítica à totalidade (Bastos, 2020a).

Zizek (2009) propõe quatro possíveis antagonismos com potencial para frear a reprodução do capitalismo global: a catástrofe ecológica como iminente ameaça; as contradições entre a propriedade privada e a propriedade intelectual; os impactos socioéticos provocados pelos desenvolvimentos tecnocientíficos, com destaque para a biogenética; e, por fim, o que o autor compreende como novas formas de *apartheid social*, consubstanciado em novos muros e favelas. Zizek alerta sobre a diferença qualitativa entre as quatro formas de antagonismos listadas: a última implica a separação, a barreira entre incluídos e excluídos, enquanto as três primeiras compõem os domínios dos comuns, a partir de referência do autor em Hardt e Negri (2009), compreendendo o comum como a "substância compartilhada de nosso ser social", cuja privatização é um ato violento que deve ser combatido.

Zizek distingue três tipos de comuns. Em primeiro lugar, categoriza os bens comuns da cultura, as formas de capital cognitivo socializadas: os meios de comunicação e educação, a linguagem; o autor considera também como parte dos bens comuns da cultura a nossa infraestrutura compartilhada: o transporte público, correio, eletricidade etc. Em segundo lugar, estão os bens comuns da natureza externa, constantemente ameaçados pela exploração e poluição, mencionando especificamente o petróleo, as florestas e o próprio habitat natural. E, por fim, Zizek categoriza os bens comuns da natureza interna, os seres humanos, a herança biogenética da humanidade. O filósofo esloveno argumenta que essas lutas se articulam em torno da consciência sobre o potencial de se

destruir a humanidade com o cercamento dos bens comuns pela lógica capitalista. Para Zizek, essa referência aos comuns possibilita trazer à tona a noção de comunismo, pois desvenda o processo de progressivo cercamento, com a proletarização e exploração dos que são excluídos de sua própria substância social. Contudo, sem considerar o antagonismo estrutural entre as classes, oculta-se a universalidade dos fenômenos que se transformam em preocupações e relações privadas. Nas duas próximas seções, categorizamos os níveis ou subcategorias do comum.

O comum natural e o comum do conhecimento

A natureza e o conhecimento, com ênfase no avanço das forças produtivas, desenvolvimento técnico e tecnológico, constituem duas matrizes fundamentais dos discursos sobre os comuns e o comum. Conquanto esses elementos nem sempre apareçam articulados nas teorias e discursos políticos sobre o comum, a relação ontológica e dialética da natureza e da tecnologia está consubstanciada na produção da vida, do trabalho e nas relações sociais de produção. Em tópico no qual analisa a acumulação primitiva, "o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção", Marx (2013, p. 515-516) avalia que a expropriação da terra é a base da acumulação primitiva. Ainda conforme argumentação de Marx (2013), a terra é o objeto universal do trabalho humano e para se constituir como meio de trabalho requer outros meios e força de trabalho. O material oriundo da natureza e modificado pelo trabalho humano para a atividade produtiva é a matéria-prima. O meio e o objeto de trabalho constituem os meios de produção. O ponto de partida da indústria moderna é exatamente a "revolução do meio de trabalho" (2013, p. 317).

Outro aspecto da terra como meio universal de trabalho, quando consideramos as condições materiais para o processo produtivo, é o seu uso como local de trabalho, produção e reprodução da vida material, o que demanda outras construções para a produção do espaço: estradas,

redes de comunicação diversas, imóveis etc. O que possibilita David Harvey (2010, p. 212) afirmar que “o domínio do espaço sempre foi um aspecto vital da luta de classes (e intraclasse)”. Nesse interim, a narrativa sobre a luta pelo bem comum contra os “novos cercamentos” emerge frequentemente, com foco central na defesa dos recursos naturais e nas críticas à propriedade intelectual. Com os cercamentos, que tiveram origem no século XVI na Inglaterra, modos de vida e a economia prioritariamente de subsistência dos trabalhadores rurais foram destruídos pelo processo de modernização capitalista do campo, em articulação com o Estado: a transformação da terra em mercadoria, a imposição da propriedade capitalista sobre as relações históricas e culturais entre os homens e os meios de produção agrícola (Bastos, 2021). Já no século XVIII, a evolução dos cercamentos ocorre por intermédio da lei, o que Marx (2013, p. 520) compreende como a forma parlamentar do roubo das terras do povo, precisamente pelas “*Bills for Inclosures of Commons*” (leis para o cercamento da terra comunal), decreto que possibilitou a privatização das terras do povo em benefício dos proprietários fundiários. Nas palavras de Thompson (1987, p. 45), “os cercamentos representaram claramente um caso de roubo de classe, cometido de acordo com as regulamentações sobre a propriedade baixadas por um parlamento de proprietários e advogados”.

Contudo, as contradições relativas ao intercâmbio material do homem com a natureza, através da mediação social do capital, não se trata de algo relacionado somente à acumulação primitiva, a um passado longínquo ou ao mundo rural, muito pelo contrário: é realidade concreta nas contradições da cadeia produtiva do trabalho digital, como mostram os estudos de Christian Fuchs (2018). Um caso emblemático é a extração de minerais necessários para a produção material das ITCs em países africanos, como República Democrática do Congo (RDG), Etiópia, Moçambique, Ruanda, África do Sul, Zâmbia e Zimbábue, em processo de trabalho análogo ao

da escravidão. Essa relação concreta e dialética mostra as aproximações, entrelaçamentos e contradições entre o comum natural e o comum do conhecimento (com foco nas tecnologias).

A luta pelo comum do conhecimento pode ser identificada empiricamente em debates sobre *copyleft* e *software* livre em organizações como: *Free Software Foundation (FSF)*, a *International Association for the Study of the Commons* e a *Creative Commons*. O *copyleft*, em contraposição ao *copyright*, exclui a exclusão e possibilita a continuidade do conhecimento comum. “A ideia central do *copyleft* é permitir que qualquer um execute o programa, tenha acesso ao código-fonte, possa distribuí-lo e modificá-lo” (Dardot; Laval, 2017, p. 136). A partir de pesquisas (Bastos, 2022a; Bastos; Miani; Engelmann, 2023) sobre os discursos do comum nas redes de movimentos sociais internacionais que lutam contra o neoliberalismo, Via Campesina, CLOC-Via Campesina e ALBA Movimentos, observamos a emergência dos debates sobre o comum, com centralidade nas questões da natureza, da ecologia e da agroecologia em contraposição aos processos de exploração e expropriação perpetrados pelo agronegócio em escala global. No Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) compõe as redes de ambas as entidades. Estas frentes de luta pelo comum podem ser mais bem compreendidas, fundamentadas e articuladas a partir das noções sobre o comum cultural e o comum político.

O comum cultural e o comum político

Embora a literatura sobre os comuns ganhe destaque no início dos anos 1990, podemos encontrar formulações pioneiras e originais no primeiro livro de Raymond Williams, *Cultura e Sociedade*, lançado em 1958, e que é considerado um marco teórico para o surgimento dos estudos culturais britânicos. Raymond Williams (1969, p. 321)¹² postula que toda “real teoria da comunicação tem que ser uma teoria da comunidade”. O autor galês argumenta que não dispomos de

¹² Obra originalmente publicada em 1958.

uma experiência comum, a não ser em momentos de crise que são raros e perigosos. E clama que "necessitamos de uma cultura comum" (1969, p. 325) não como abstração, mas por uma questão de sobrevivência. Uma cultura comum não se trata de uma cultura igual. Contudo, implica a igualdade entre os sujeitos, que é condição para a valorização da experiência comum. Negar a igualdade entre os seres é incompatível com a cultura em comum.

Williams (1969) afirma que a desigualdade no campo da propriedade, dos meios de vida e produção é intolerável, pois representa a negação da igualdade na prática. Entretanto, para o autor, as desigualdades relacionadas a particularidades humanas em suas capacidades ou saberes não afetam a igualdade essencial, citando como exemplos bons compositores, físicos, xadrezistas, carpinteiros ou atletas que se destacam com relação aos demais. Cultura, para Williams (1969, p. 332), não é apenas o trabalho imaginativo e intelectual, mas todo um modo de vida, e é aí que se deve identificar as distinções entre burguesia e classe trabalhadora, sendo a questão crucial as "formas alternativas de se conceber a natureza da relação social".

A perspectiva burguesa, de que o poder social é útil e necessário apenas até o momento de garantir o direito da individualidade, contrasta com a ideia que Williams (1969) considera propriamente da classe trabalhadora: de comunismo, socialismo ou cooperativismo, em que a sociedade é compreendida como o conjunto dos meios que possibilitam toda a forma de desenvolvimento, inclusive o individual em termos de comunidade, tanto na produção como na distribuição. O "cabedal humano" é considerado na sua amplitude como posse comum e o acesso a ele inerentemente como condição humana comum, ou inexistente.

A primeira grande dificuldade para a realização da solidariedade e do interesse comum é compatibilizar a crescente especialização com uma cultura comum, o que só se resolve, conforme Williams (1969, p. 341), em um contexto de "comunidade das condições materiais da socieda-

de e através do processo democrático em sua plenitude". O sentido de comunidade precisa se sobrepor aos de especializações e habilitações. Não é possível haver efetiva participação na cultura em sua totalidade a partir de uma habilitação particular. Afinal, a "participação depende de recursos comuns" (1969, p. 341), o que aproxima as pessoas umas das outras. Williams pondera que a participação completa é impossível devido à complexidade da cultura, mas a participação efetiva é possível e envolve um processo de seleção do todo cultural, havendo diferenças e desigualdades nas escolhas e contribuições de cada indivíduo. Essas desigualdades e diferenças podem ser compatíveis e engendrar uma comunidade de cultura com a condição de haver mútua responsabilidade e ajustamentos.

A segunda dificuldade de consubstanciação da solidariedade, relacionada à primeira, abrange o desafio de realizar a diversidade sem cair em separações e isolamentos. Nenhuma comunidade ou cultura pode ter completa consciência, o que ocorre de forma desigual, acidental e individual. É necessário criar espaço para a variação e a dissidência dentro do comum. É necessário ouvir as posições diferentes, cada adesão, crença ou valor com a devida atenção. Uma cultura viva é sempre em parte desconhecida e não realizada. E a formação de uma comunidade implica um trabalho de exploração das possibilidades do comum, posto que a "consciência não pode preceder a criação e não há fórmula para traduzir experiência não-conhecida" (Williams, 1969, p. 342).

Uma cultura viva e uma comunidade saudável vai encorajar a contribuição de todas e todos para o aprofundamento do estado de consciência, que é uma necessidade comum. "A liberdade prática de pensamento e expressão é menos um direito natural do que uma necessidade comum" (Williams, 1969, p. 343). É necessário se assegurar os meios para a comunidade se constituir, mas o que será vivido não é possível deduzir. O que se deve é planejar o que for possível conforme a decisão comum. A metáfora em que se apoia a ideia de cultura é: "velar pelo crescimento natural" (1969, p. 343), aí está a ênfase final, o que

exige contínua reinterpretação. E, para o autor, é primordial a abertura ao outro, ao conflito, ao dissidente, às possibilidades de produção do comum, o que coaduna com a perspectiva de "heterotopia simbólica" em Sodré (2014). Ainda conforme Williams (1969, p. 343), "no movimento da classe operária, embora o punho fechado seja um símbolo necessário, a mão nunca se deve fechar a ponto de não poder abrir-se, permitindo que os dedos se estendam para descobrir e dar forma   nova realidade em surgimento".

Em um momento histórico de comum midiaticizado e plataformizado (Bastos, 2022b), torna-se ainda mais complexo e desafiador encontrar os termos comuns e a solidariedade para o sentido de comunidade. Sodré (2014) apresenta possibilidades de supera o deste comum capturado pelo capital e pelo processo de midiaticiza o na perspectiva política e linguageira de comunidade. O comunic logo postula que   "impossível não viver em comunidade (assim como   impossível não se comunicar)" e que há a ilusão de que a "vincula o comunitária"   algo pertencente ao passado". Dessa maneira, para o autor, comunicar   "instaurar o comum da comunidade" como vincula o, não como entidade agregada, mas como um "nada constitutivo", afinal o vínculo   sem substância física ou institucional,   pura abertura na linguagem (Sodré, 2014, p. 214). Sodré (2002, p. 257) também contribui teoricamente com a dimensão científica e  tico-política do comum ao afirmar que precisamos inscrever no pensamento comunicacional o horizonte do "comum", da revitaliza o da experiência democrática, "da capacidade de articula o  tico-política" das organiza es regionais e populares".

Indubitavelmente, a origem do comum político está nas inúmeras e históricas lutas da classe trabalhadora contra a apropria o do comum pelo capital. Como Marx (2011, p. 116) formula desde os Manuscritos Econ mico-Filosóficos, o trabalho estranhado "transforma a vida genérica em meio de vida individual", a atividade vital, o intercâmbio material com a natureza em meio de existência. O primeiro aspecto do trabalho estranhado envolve a rela o do trabalhador

com a produ o, o estranhamento do homem com a natureza para produzir o que deseja. O segundo aspecto do trabalho estranhado, intimamente relacionado ao primeiro, se d  com a *atividade produtiva*. O trabalho estranhado satisfaz necessidades que estão fora do sujeito e não as suas próprias carências. E, por fim, há o estranhamento do próprio g nero humano, pois sua atividade vital, a atividade consciente e livre, que determina o caráter genérico do ser humano, aparece como meio de sobrevivência, como meio de vida. Conforme análise de Heller (2004) sobre a obra do jovem Marx, os componentes da essência humana, ou poderíamos dizer os elementos que constituem o comum do g nero humano são: o trabalho (a objetiva o), a socialidade, a universalidade, a consciência e a liberdade. Ainda conforme Heller, esses elementos não se referem ao que sempre esteve presente, mas às possibilidades de realiza o contínua do g nero humano. E o humano-genérico é sempre a integra o, a maneira como se forma a "consciência de nós", portanto, "o humano-genérico é sempre representado pela comunidade" (Heller, 2004, p. 21).

Para Harvey (2011), o trabalho socialmente necessário, o valor, é o comum capitalista expresso pelo dinheiro, que mede a riqueza comum. Dessa maneira, o comum, assim como os comuns urbanos, não são questões de um passado idílico, mas características do real continuamente e socialmente produzidas e reproduzidas. O problema central, conforme o autor, é o cercamento e a apropria o do comum pelo capital como forma mercador ria. A conclusão central de Harvey   que o trabalho coletivo, que produz valor, deve fundamentar direitos de propriedade também coletivos. Para Dardot e Laval (2017, p. 180), o capital está no comando da produ o do comum e o sistema das máquinas constitui o "comum capitalista". Na avalia o dos autores, Marx não analisa a constitui o dos operários como classe, no sentido do comum produzido nas formas de organiza o e luta do operariado. Segundo os autores, Marx nos permite reconhecer as condi es concretas criadas pelo capitalismo

para a organização da classe trabalhadora, sua unidade e luta contra a exploração, possibilitando constituir-se como trabalhador coletivo e novo sujeito histórico. Entretanto, há especificidades no comum que o movimento operário cria a partir de suas instituições, independentemente da lei de reprodução do capital (Dardot; Laval, 2017).

Lênin, na obra *Que Fazer?* (1978), em argumentação sobre o jornal como um organizador coletivo e a defesa de um veículo político para toda a Rússia, destaca a necessidade de se organizar e fomentar *instituições comuns*, o *trabalho comum*, a *obra comum* e o *jornal comum*. Dentro de um processo de construção da unidade política, esses são os pressupostos elencados pelo revolucionário russo, o que pressupõe as trocas de experiências, informações, recursos, força e partilha de funções. Para Lênin, a vida política é composta por uma infinidade de elos e a arte do político é exatamente encontrar e se agarrar fortemente ao elo mais importante naquele momento, que assegure a manutenção de toda a cadeia de elos. Compreendemos que o comum seja o elo político com maior potencial e radicalidade para quebrar essa corrente que garante a hegemonia do capital.

A temática dos comuns na dinâmica dos movimentos sociais está ligada aos movimentos de contestação ao neoliberalismo que emergem na América Latina, Estados Unidos e Europa desde a década de 1990. O paradigma dos comuns se origina da convergência de lutas de movimentos sindicais, ambientalistas e altermundistas. O texto emblemático para a emergência deste paradigma é o *"Reclaiming the Commons"*, de Naomi Klein (2001), escrito na esteira da mobilização antiglobalização de Seattle e do primeiro Fórum Social Mundial, que aconteceu em Porto Alegre (RS). Klein propõe uma "coalizão de coalizões" na luta contra a privatização de todos os aspectos da vida cotidiana. Para Dardot e Laval (2017), a definição do movimento altermundialista proposta por Klein se baseia na reivindicação dos *commons*. A altermundialização envolve a leitura global dos processos em luta, a interdependência das questões sociais, econômicas e ambientais e se

opõe à privatização do mundo. Daniele Fini (2017) categoriza quatro tipos de lutas pelo comum no âmbito dos movimentos sociais contemporâneos: resistências aos novos cercamentos, movimentos ecologistas, oposição às privatizações neoliberais e oposição aos direitos de propriedade intelectual. Em comum entre eles, na avaliação do autor, está a disputa de riqueza, a luta contra os processos de apropriação capitalista.

Para Dardot e Laval (2017), o próprio neoliberalismo impôs a guinada do pensamento político rumo ao comum. A reivindicação do comum é central como alternativa ao neoliberalismo, propulsando movimentos de luta anticapitalista. Para os autores, a América Latina é o lugar de onde emergem diferentes lutas de cunho popular e contra o neoliberalismo desde o início deste século, pelo continente ter sido submetido bem mais cedo do que outras regiões às políticas neoliberais do Fundo Monetário Internacional (FMI). Para Dardot e Laval (2017), é a atividade prática dos homens que torna as coisas comuns. O comum é o princípio político a partir do qual devemos construir comuns, dar vida ao comum, possibilitando "um novo regime de lutas em escala mundial" (2017, p. 41).

Dardot e Laval (2017) propõem pensar sistematicamente a instituição do comum a partir da concretude das práticas coletivas, lutas políticas e suas condições de atuação como contraponto ao domínio do capital na vida e nas atividades cotidianas. Todo verdadeiro comum político pressupõe a contínua atividade do pôr em comum. Não é a comunidade política que institui o comum, mas a atividade do pôr em comum que consubstancia o comum da comunidade política. O pertencimento a uma comunidade política pressupõe a capacidade e a vontade de se comunicar, partilhar, comungar e participar. O pertencimento é a consequência, não causa da participação. Somente "*a atividade de pôr em comum determina o pertencimento efetivo à comunidade política*" (Dardot; Laval, 2017, p. 197, grifo dos autores). Por conseguinte, torna-se relevante pesquisar as formas organizativas da comunicação em contexto de mediação e

plataformização, o que compreendemos como processos de captura do comum pelo capital, e os discursos de construção do comum nas redes de movimentos sociais nacionais e internacionais que lutam contra o capital em sua forma neoliberal.

Considerações finais

Como bem repara Raymond Williams (2011), a frase da epígrafe deste artigo: "tudo que há sob o sol devia ser comum", palavras da *Great Society*, histórica organização de camponeses pobres do século XIV, poderia ter sido dita pelos *diggers*, movimento de camponeses sem-terra do século XVII ou pelos trabalhadores radicais de nossa época. Isso denota o sentimento histórico popular, nem sempre consciente, por vezes intuitivo, corolário da experiência comum de se constituir como classe trabalhadora, tendo seus recursos, inteligência, corpo e energia vital explorados, oprimidos, marginalizados e expropriados pelo capital. O comum está nesse lugar de contradição e encontro. Na contradição estrutural entre capital e trabalho, em que vida se transforma em meio de vida, como mostrou o jovem Marx. E de encontro por possibilitar a identificação e a luta pelo que nos é comum como gênero humano, na confluência e conjunto das relações materiais e simbólicas em que estamos inseridos: natureza, linguagem, tecnologia e trabalho.

Dardot e Laval (2017) expõem um dilema que envolve, de um lado, a perspectiva marxiana clássica de produção do comum a partir da lógica objetiva e evolutiva do capital, o que seria a superação do capital por dentro, e a via da "difusão por fora", presente nos movimentos antiglobalização e outros, com sua crítica aos cercamentos e defesa dos comuns. Os autores franceses apontam o risco da criação de pequenos insulamentos exemplares, com boas práticas cooperadas e solidárias em movimentos e organizações. Nesse ínterim, argumentamos que o conceito teórico-prático de hegemonia popular é estratégico para a formação do comum na *práxis*, para a superação dos insulamentos, coesão dos sujeitos em luta e para a ampliação de práticas

solidárias e emancipatórias.

Na primeira seção deste artigo, buscamos mostrar como os conceitos de hegemonia, contra-hegemonia e hegemonia popular se entrelaçam com o comum na teoria e na *práxis*, a partir de reflexão epistemológica e política sobre o conceito. O comum é tanto fundamento central da ontologia e epistemologia comunicacional como princípio político com grande potencial na luta contra a hegemonia, contra o comum capitalista. Na segunda parte de nosso texto, debruçamo-nos sobre o nosso objetivo central de categorizar o comum e seus níveis de significação e existência. A perspectiva da luta de classes, coerente com o método materialista dialético adotado, fundamenta e perpassa os nossos argumentos.

Embora as subcategorias do comum se articulem teoricamente e na *práxis*, organizamos nossa exposição em dois momentos: primeiramente com o "comum natural e o comum do conhecimento" e depois o "comum cultural e o comum político", pela maior aproximação e articulação entre esses níveis. As reflexões aqui desenvolvidas podem contribuir com os debates sobre a comunicação com base nas noções do comum e com as lutas desenvolvidas pelos movimentos sociais e populares, que almejam a construção da hegemonia popular. Certamente, as pesquisas empíricas em andamento irão contribuir para a ampliação e o aprofundamento de nossa compreensão sobre o comum a partir da circulação das lutas e dos discursos. Concordamos com Zizek (2009) quando afirma que a nova política emancipatória não será ato de um determinado agente social, mas "uma combinação explosiva de diferentes agentes". Que os debates e a universalização do comum possam revelar e superar as contradições do capital e a insularidade das lutas políticas e sociais.

Referências

BASTOS, Pablo Nabarrete. **Marcha dialética do MST: formação e comunicação política entre campo e cidade.** Rio de Janeiro: Garamond, 2021.

BASTOS, Pablo Nabarrete; GROHMANN, Rafael; OLIVEIRA, Thaianie M. What is engagement in communication research? Circulation of meanings and consequences for audience studies. **Participations Journal of Audience & Reception Studies**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 206-229, May 2021. Disponível em: <https://www.participations.org/Volume%2018/Issue%201/12.pdf>. Acesso em: 11 maio 2021.

BASTOS, Pablo Nabarrete. Dialética da insularidade: Notas para compreensão da hegemonia popular. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 29., 2020, Campo Grande. **Anais** [...]. Campinas: Galoá, 2020a. Disponível em: <https://proceedings.science/compos-2020/papers/dialetica-da-insularidade--notas-para-compreensao-da-hegemonia-popular>. Acesso em: 10 mar. 2022.

BASTOS, Pablo Nabarrete. Dialética do engajamento: uma contribuição crítica ao conceito. **MATRIZES**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 193-220, 7 maio 2020b.

BASTOS, Pablo Nabarrete. Via Campesina e Alba dos Movimentos Sociais: engajamento e luta pelo comum na América Latina In: Congreso de la Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación (ALAIIC), 16., 2022, Buenos Aires. **Anais** [...]. Buenos Aires: ALAIIC/FADECCOS, 2022a. Disponível em: <https://alaic2022.ar/memorias/index.php/2022/article/view/350>. Acesso em: 20 jun. 2023.

BASTOS, Pablo Nabarrete. Hegemonia e engajamento em contexto de midiaticização e plataformização. **Liinc em Revista**, [S. l.], v. 18, n. 2, p. e6066, 2022. DOI: 10.18617/liinc.v18i2.6066. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/6066>. Acesso em: 30 jun. 2023.

BASTOS, Pablo Nabarrete; MIANI, Rozinaldo Antonio; ENGELMANN, Solange Inês. Comunicação para a hegemonia popular: as articulações globais de movimentos populares CLOC, Via Campesina e ALBA Movimentos em contexto de crise política na América Latina. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 32., 2023, São Paulo. **Anais** [...]. Campinas: Galoá, 2023. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2023/trabalhos/comunicacao-para-a-hegemonia-popular-as-articulacoes-globais-de-movimentos-popul?lang=pt-br>. Acesso em: 28 jun. 2023.

BOLLIER, David. Growth of the Commons Paradigm. In: HESS, Charlotte; OSTROM, Elinor (org.). **Understanding Knowledge as a Commons**. Cambridge, MIT Press, 2007. p. 27-40.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum**: Ensaio Sobre a Revolução no Século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.

FINI, Daniele. Común: un concepto tan vago como útil para pensar las luchas anticapitalistas hoy día. **Herramienta**, [S. l.], n. 20, mar. 2017. Disponível em: <https://www.herramienta.com.ar/comun-un-concepto-tan-vago-como-util-para-pensar-las-luchas-anticapitalistas-hoy-dia>. Acesso em: 4 set. 2023.

FUCHS, Christian. Los comunes digitales y la esfera pública digital: sobre cómo hacer avanzar la democracia digital en la actualidad. (Traducción de Ana Marotias, Guillermo Quiña, Emilio Cafassi y Agostina Dolcemás-colo). **Revista Hipertextos**, [S. l.], v. 9, n. 16, p. 13-34, 2021. Disponível em: <https://revistas.unlp.edu.ar/hipertextos/article/view/13168>. Acesso em: 10 mar. 2022.

FUCHS, Christian. Teoria e análise do trabalho digital: das cadeias globais de valor aos modos de produção. **Trabalho & Educação**, [S. l.], v. 27, n. 74/3, p. 73-109, set./dez. 2018.

GRAMSCI, Antonio. Alguns temas da questão meridional. In: **Escritos políticos**. Lisboa: Seara Nova, 1978. v. 4.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 1.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 3.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Commonwealth**. Cambridge: Belknap Press of Harvard University Press, 2009.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2010.

HARVEY, David. The Future of the Commons. **Radical History Review**, [S. l.], n. 109, p. 101-107, Winter 2011.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

HORKHEIMER, Max. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. In: BENJAMIN, Walter, HORKHEIMER, Max, ADORNO, Theodor W., HABERMAS, Jürgen. **Textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 125-162. (Col. Os Pensadores, v. XLVIII).

KLEIN, Naomi. Reclaiming the commons. **New Left Review**, [S. l.], n. 9, May/Jun. 2001. Disponível em: <https://newleftreview.org/issues/iig/articles/naomi-klein-reclaiming-the-commons>. Acesso em: 4 set. 2023.

LÊNIN, V. I. **Que fazer?** Editora Hucitec: São Paulo, 1978.

LENIN, V. I. WORKING-CLASS AND BOURGEOIS DEMOCRACY. **Collected works**, [S. l.], v. 8, p. 72-82, jan./jul. 2009. Digital Reprints.

LIGUORI, Guido. Aparelho hegemônico. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (org.). **Dicionário gramsciano**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 75-78.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Ofício de cartógrafo**. São Paulo: Loyola, 2004.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

MENDES MORAES, Gláucia da Silva. O conceito de hegemonia no percurso dos meios às mediações. **MATRIZES**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 173-188, jan./abr. 2018.

MARX, Karl. **Teses sobre Feuerbach**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013. Recurso eletrônico.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2011.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2008.

MORAES, Dênis de. A hegemonia das corporações de mídia no capitalismo global. In: **Biblioteca on-line de ciências da comunicação**. [S. l.], jun. 2000. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/moraes-denis-hegemonia.html>. Acesso em: 13 fev. 2019.

POELL, Thomas; NIEBORG, David; VAN DIJCK, José. Plataformização. **Revista Fronteiras** – Estudos Midiáticos, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 2-10, jan./abr. 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Sociologia das ausências e das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 63, p. 237-280, out. 2002.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho**: Uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum**: Notas para o método comunicacional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

THOMPSON, Edward. P. **A formação da classe operária inglesa II**: A maldição de Adão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e sociedade**: 1780-1950. São Paulo: Editora Nacional, 1969.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

WILLIAMS, Raymond. Base e superestrutura na teoria cultural marxista. **Revista USP**, São Paulo, n. 65, p. 210-224, mar./maio 2005.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ZIZEK, Slavoj. How to begin from the beginning. **New Left Review**, [S. l.], n. 57, May/Jun. 2009. Disponível em: <https://newleftreview.org/issues/ii57/articles/slavoj-zizek-how-to-begin-from-the-beginning>. Acesso em: 3 mar. 2022.

Endereço para correspondência

Pablo Nabarrete Bastos
Universidade Federal Fluminense
Instituto de Arte e Comunicação Social
NOVO IACS (Gragoatá)
Campus do Gragoatá – Bloco J
Rua Professor Marcos Waldemar de Freitas Reis, s/n
São Domingos, 24210-201
Niterói, RJ, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela SK Revisões Acadêmicas e submetidos para validação do(a) autor(a) antes da publicação.

Pablo Nabarrete Bastos

Doutor em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), em São Paulo, SP, Brasil; com pós-doutorado em Estudos Culturais pelo Programa Avançado de Cultura Contemporânea na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Professor do Departamento de Comunicação Social, do Instituto de Arte e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense (IACS/UFF), em Niterói, RJ, Brasil e professor permanente e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano PPGMC/UFF.